

**CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR**

Comissão de Avaliação Externa dos cursos de Acção Social

RELATÓRIO-SÍNTESE GLOBAL

Julho de 2005

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE ACÇÃO SOCIAL**

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

Presidente:

Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira

Vice-Presidente:

Prof.^a Doutora Alcina Maria de Castro Martins

Vogais:

Prof.^a Doutora Fernanda Perpétua Rodrigues

Prof. Doutor Francisco José do Nascimento Branco

Prof.^a Doutora Maria Helena Vieira Nunes

Prof.^a Doutora Maria Teresa Rosa

Prof.^a Doutora Myrian Veras Baptista

Prof.^a Doutora Maria Carmelita Yazbek

Prof. Doutor Rudolph van den Hoven

Dra. Adília Maria Ferreira

Dr. Bernardo Alfredo Henríquez Cornejo

Assessores

Prof. Doutor Hermano Carmo

Prof. Doutor Luís Carvalho

Secretária:

Dra. Andrea Valente

ÍNDICE

	Pág.
1. Introdução.....	4
2. Composição das Comissões de Visita e Cursos Avaliados.....	6
3. Metodologia.....	8
4. Enquadramento e características dos Cursos.....	9
5. Processo de Bolonha.....	9
6. Sucesso na Aprendizagem.....	10
7. Meios Humanos: Docentes e não Docentes.....	10
8 Infra-Estruturas.....	11
9 Gestão de Qualidade.....	11
10 Investigação e Ensino.....	12
11 Relações Externas e Internacionalização.....	12
12 Estágio.....	13
13 Empregabilidade.....	13
Classificações finais.....	15

1. Introdução

Importa afirmar, antes de mais, que a presente avaliação dos Cursos de Acção Social se revestiu de acentuada complexidade. Isto até porque a cultura de avaliação está longe de ser uma realidade em algumas (poucas) das instituições abrangidas, que revelam grande dificuldade em aceitar um olhar externo sobre o seu projecto e modo de funcionamento, pondo nomeadamente em causa as regras estabelecidas desde há muito para o processo de avaliação do Ensino Superior. Nalguns casos, inclusive, as questões colocadas foram reconduzidas para o âmbito de dinâmicas internas e menos para o debate mais amplo sobre a qualificação e forma de a alcançar.¹

Por outro lado, as próprias condições distintas de funcionamento colocaram também, à partida, problemas de organização do processo de avaliação externa.

Um outro aspecto a merecer maior justificação no presente relatório de síntese é o da introdução de classificações de Excelente a Insuficiente a atribuir aos Cursos tendo em conta os catorze campos de apreciação aplicáveis:

1. *Organização Institucional*
2. *Objectivos do Curso*
3. *Plano de Estudos*
4. *Conteúdos Programáticos*
5. *Alunos (procura, sucesso escolar)*
6. *Processo Pedagógico*
7. *Corpo Docente*
8. *Pessoal não Docente*
9. *Instalações e Equipamentos*
10. *Recursos Financeiros*
11. *Relações Externas e Internacionalização*
12. *Ambiente Académico (Apoio social)*
13. *Gestão da Qualidade*
14. *Empregabilidade*

¹ Entende a CAE a este propósito não ter lugar neste Relatório-síntese qualquer comentário sobre considerações de ordem individual produzidas por algumas instituições em vários momentos do processo, particularmente no exercício do contraditório, frequentemente visando mais uma avaliação da avaliação do que a possibilidade de trazer elementos novos para o exercício avaliativo.

Os *níveis de classificação* a atribuir a cada Curso, por cada um dos campos de avaliação referidos, foram estabelecidos nos seguintes termos:

- A- *Excelente*
- B- *Muito Bom* – Sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância secundária para a organização e funcionamento
- C- *Bom* – Pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do Curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso
- D- *Suficiente* – Problemas estruturantes detectados que implicam intervenção institucional de nível mais elevado, mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.
- E- *Insuficiente* – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata

Importará sempre ter em conta, para a correcta avaliação das classificações resultantes, o teor das considerações expressas nos relatórios dos respectivos Cursos. Só da conjugação da leitura do que é expandido nos relatórios de cada um dos Cursos e da expressão das classificações se poderá avaliar a qualidade global.

Em plenário da Comissão de Avaliação Externa concluiu-se, também, que importará considerar a actual introdução de classificações como uma primeira tentativa, aproximativa, de apreciação, mais quantificável e comparável, que substitui a anterior opção de caracterizar os Cursos mediante pontos fortes e pontos fracos. Mas, urge, para o efeito, estabelecer desde já, critérios melhorados de *benchmarking* e contar com estruturas de apoio permanente que tratem os dados disponibilizados.

Para a uma melhor legibilidade da relação relatório/classificação parece ainda a esta Comissão de Avaliação Externa que se deveriam escolher como parâmetros de maior importância comparativa os que concernem aos *objectivos e plano de estudos*, aos *conteúdos programáticos*, ao *corpo docente*, e ao *processo pedagógico*, sem prejuízo obviamente dos outros itens classificativos.

Nestas considerações introdutórias a CAE quer deixar expressa a colaboração das instituições e das comissões de auto-avaliação no decurso do processo. É um aspecto que nos

apraz registar muito positivamente devendo salientar-se neste ciclo a disponibilidade das instituições para o sucesso da auto-avaliação empreendida.

Porventura, se importaria um outro tipo de visita institucional com melhores condições de esclarecimento dos relatórios de auto-avaliação entregues pelas comissões responsáveis por essa acção. Julga-se, no entanto, numa apreciação geral, foi possível avaliar objectivamente, tendo em conta nomeadamente, algumas reclamações que foram dirigidas. O processo de avaliação externa não tem, importa sempre dizê-lo, um carácter inspectivo. O seu principal objectivo é induzir a auto-avaliação contínua e é nesse sentido dinâmico que devem ser entendidos os resultados apresentados.

Ao longo deste relatório de síntese procura-se fazer apreciações de ordem genérica. A avaliação individualizada, as apreciações e recomendações constam dos respectivos Relatórios. Só em casos verdadeiramente excepcionais se fará menção particular.

Em geral, o grau de satisfação dos alunos relativamente aos cursos é elevado, sendo uma nota muito característica desta comunidade discente o relacionamento intra-institucional através de grupos de estudo dinâmicos de que nos dão conta vários dos relatórios.

O tipo de actividades realizadas por estas instâncias pedagógicas permitem-lhes contactar muito cedo com organizações do mundo social, cultural, económico e político, constituindo uma mais valia que deve ser bem aproveitada e devidamente apoiada como factor potenciador, designadamente da inserção na vida activa.

2. Composição das Comissões de Visita e Cursos avaliados

Universidade	Curso	Constituição da comissão
Fernando Pessoa	Serviço Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. ^a Fernanda Rodrigues 3. Prof. Rudolph van den Hoven 4. Dr. Alfredo Henriquez Cornejo 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec)
I.S. Miguel Torga	Serviço Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. ^a Maria Carmelita Yazbek 3. Prof. ^a Fernanda Rodrigues

		4. Prof. Francisco Branco 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec)
I.S. Bissaya Barreto	Serviço Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. Rudolph van den Hoven 3. Dr. Alfredo Henriquez Cornejo 4. Prof. Francisco Branco 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec)
I.S.S.S Porto	Serviço Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. ^a Maria Carmelita Yazbek 3. Prof. Francisco Branco 4. Prof. ^a Maria Teresa Rosa 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec)
Portucalense	Educação Social	1. Prof. ^a Alcina Martins (Pres.) 2. Prof. ^a Maria Teresa Rosa 3. Prof. ^a Maria Carmelita Yazbek 4. Prof. Doutor Hermano Carmo (ass.) 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec.)
ISLA Bragança	Educação Física e Animação Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. ^a Alcina Martins 3. Prof. ^a Maria Teresa Rosa 4. Prof. Doutor Luís Carvalho (ass.) 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec.)
UCP Lisboa	Serviço Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. ^a Alcina Martins 3. Prof. ^a Myrian Baptista 4. Prof. ^a Maria Helena V. Nunes 5. Prof. Doutor Francisco Branco 6. Dr. ^a Andrea Valente (sec.)
I.S.S.S Lisboa	Serviço Social	1. Prof. ^a Alcina Martins (Pres.) 2. Prof. ^a Fernanda Rodrigues 3. Prof. ^a Maria Helena V. Nunes 4. Prof. ^a Myrian Baptista 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec.)
I.S.S.S Beja	Serviço Social	1. Prof. Carlos Diogo Moreira (Pres.) 2. Prof. ^a Maria Helena Vieira Nunes 3. Prof. ^a Myrian Baptista 4. Dr. ^a Adília Ferreira 5. Dr. ^a Andrea Valente (sec.)

3. Metodologia

O processo avaliativo dos Cursos de Acção Social iniciou-se com a calendarização das visitas institucionais na sequência da recepção dos Relatórios de Auto Avaliação. A Comissão de Avaliação Externa estabeleceu também, previamente, os termos de referência específicos considerados relevantes para uma posterior apreciação dos vários aspectos envolvidos no processo de Avaliação.

A este propósito cumpre dizer que, não obstante terem sido facultados alguns elementos relativos a orçamentos e movimento de receitas e despesas, a CAE entendeu, com conhecimento da FUP e da APESP, não fazer a avaliação de recursos financeiros, quer individual, quer comparativamente.

Antes das visitas realizaram-se reuniões para apreciar os Relatórios de Auto-Avaliação, tendo em conta as disposições do *Guião de Avaliação Externa*, e os *Campos de Apreciação* entretanto estabelecidos para se proceder à atribuição dos *Níveis de Classificação*. Foram então considerados os aspectos mais relevantes a esclarecer durante a visita e fixado definitivamente o respectivo calendário, que foi enviado a cada instituição, assim como foram solicitadas as informações complementares julgadas necessárias.

Não obstante a exiguidade de tempo que o actual processo de avaliação impõe, as visitas institucionais realizaram-se nas datas previstas.

Na sequência das referidas visitas institucionais, a CAE elaborou os respectivos relatórios dos Cursos e atribuiu classificações que foram objecto de apreciação global em reunião formal plenária da Comissão de Avaliação Externa de Acção Social.

Os Relatórios dos Cursos, acompanhados das respectivas classificações, foram enviados às instituições para que estas se pronunciassem no âmbito do processo de alegação contraditória prevista nos termos regulamentares.

Cumpre aqui referir que as respostas das instituições são fundamentais para a apreciação global e para a prossecução de uma desejada cultura de avaliação.

Não está regulamentarmente previsto responder às alegações recebidas, até pela exiguidade dos prazos estabelecidos para a finalização do processo. Não obstante, a CAE entendeu proceder a alguns ajustamentos no que diz respeito às classificações.

Por outro lado, a CAE entende ainda não poder deixar passar em claro o tom impróprio adoptado por duas das instituições no exercício do seu contraditório. Tal não molestou, todavia, o elevado espírito de colaboração e crítica construtiva demonstrados por todas as restantes instituições.

Por fim, e para efeito do Relatório Síntese Global que agora se apresenta, reuniu-se formalmente a Comissão de Avaliação Externa, de modo a estabelecer uma visão de conjunto em que se evidenciam as questões fundamentais com que foi confrontada no processo avaliativo, se produzem considerações de sentido meta-avaliativo e se propõem recomendações genéricas.

4. Enquadramento e características dos Cursos

Os cursos avaliados têm percursos e enquadramentos institucionais muito diferenciados. Assim, ao lado das instituições pioneiras na formação do Serviço Social em Portugal (ISSS Lisboa, 1935, ISSS Miguel Torga, 1937 e ISSS Porto, 1956), foram avaliados outros cursos de implantação mais recente. Refira-se, a este propósito que, dos cursos mais recentes, e à excepção do ISSS Beja (1994), todos os outros (Bissaya Barreto, 1993, UCP, 1996, Fernando Pessoa, 1997), estão enquadrados em instituições que prosseguem objectivos de formação mais diversificada. Embora este aspecto não deixe de ter influência na consolidação dos respectivos projectos, tal não impede que algumas das novas ofertas formativas não apresentem qualidade e potencial científico e pedagógico.

Para além do referido, cursos há incluídos neste processo avaliativo que não são de Serviço Social, nomeadamente o curso de Educação Social (U. Portucalense) e de Educação Física e Animação Social (ISLA Bragança, 1997), o que levantou dificuldades acrescidas e motivou a participação de especialistas na qualidade de assessores.

5. Processo de Bolonha

Globalmente, poderá dizer-se que existe interesse quanto ao desafio de convergência no espaço europeu do Ensino Superior, sendo visível, no entanto, nesta matéria, uma manifesta falta de informação e de medidas efectivamente tomadas, o que demonstra que o processo de Bolonha se apresenta ainda de forma incipiente.

O que não restam dúvidas é que aos Cursos se impõe, neste campo, uma atenção urgente e coerente nas reestruturações a empreender, designadamente, no que respeita ao European Credit Transfer System (ECTS) e à semestralidade, como requisitos básicos de afirmação no crescentemente competitivo espaço de ensino superior nacional e europeu.

6. Sucesso na aprendizagem

De um modo geral, pode dizer-se, para os cursos avaliados, à excepção do ISLA Bragança, que os níveis de sucesso na aprendizagem são elevados e, inclusivamente, superiores aos índices apresentados quer no âmbito do Ensino Universitário, quer Politécnico (OCES, Observatório da Ciência e do Ensino Superior, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, *‘Índice do Sucesso Escolar no Ensino Superior Público, Diplomados em 2002/2003’*, 25/05/04).

De igual modo, e novamente com excepção do ISLA Bragança, a expectativa relativamente às saídas profissionais continua a ser elevada, embora surjam já indícios de dificuldade, quer em termos de rapidez de colocação, quer em termos de qualidade do vínculo contratual.

7. Meios humanos: docentes e não docentes

Importa salientar que um número já significativo de docentes de Serviço Social tem obtido os seus graus académicos (Mestrado e Doutoramento) em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras de elevado prestígio.

Não obstante, impõe-se o desenvolvimento e aprofundamento de programas estruturados de doutoramento e de apoio pós-doutoramento de modo a dar continuidade ao esforço de qualificação na área específica de Serviço Social, o que permitirá, também, em muitos casos, a actualização do actual corpo docente.

A identidade e credibilidade do ensino de Serviço Social passa, com efeito, pelo reforço de medidas articuladas de formação pós-graduada aliadas a uma forte componente de investigação organizada a que se fará referência mais adiante.

Neste sentido, considera a CAE de especial importância que as instituições adotem uma política de apoio aos docentes para obtenção dos referidos graus, o que passa, entre outras medidas, pela dispensa de serviço docente (tomando-se como referencial o estatuído nesta matéria pelo ECDU).

Das visitas institucionais pode depreender-se que, no que respeita ao pessoal não docente, quer em quantidade, quer em qualidade, as condições são genericamente satisfatórias. Justifica-se, porém, nesta matéria, a adopção de programas de formação contínua

8. Infra-estruturas

É muito diversificada a qualidade e quantidade das instalações que vão do *Excelente* ao manifestamente *Insuficiente*, níveis que estão longe de ter correspondência directa com a qualidade do ensino ministrado. Mas é óbvio, em todo o caso, que o sucesso pedagógico e o bom ambiente académico depende também da boa qualidade das infra-estruturas físicas e demais espaços disponíveis.

Urge, sobretudo no que respeita a situações de insuficiência, resolver de modo adequado as carências mais gritantes antes de próxima avaliação.

Quando se fala em Infra-estruturas importa destacar o problema específico das Bibliotecas. Também aqui estamos perante situações diferenciadas. Há cursos com boas bibliotecas e outros que deverão melhorar a situação, como se poderá ver nos diversos Relatórios, quer no que respeita a aquisições de obras e bases de dados, quer quanto ao desenvolvimento de intercâmbio de fundos bibliográficos.

9. Gestão de qualidade.

A gestão da qualidade tem-se esgotado, de forma generalizada nas instituições visitadas, no exercício da auto-avaliação. Parece importante a este respeito a criação de estruturas permanentes de avaliação interna que permitam, de forma continuada, a correcção de objectivos, planos e programas e também o desenvolvimento de políticas institucionais de qualidade.

10. Investigação e Ensino

Não existiam praticamente unidades de investigação dedicadas a Serviço Social na altura em que se iniciou o processo da actual avaliação de Cursos, com apenas uma excepção. Embora não caiba a esta comissão uma avaliação da investigação produzida nas instituições, constitui preocupação sua a futura criação de unidades de investigação e desenvolvimento ou similares, bem como da projecção dessas estruturas de investigação na docência. Constata-se que, não obstante o esforço, em parte conseguido, a articulação e projecção da investigação a nível institucional é baixa. Deve, no entanto, levar-se em linha de conta a importância da existência, em algumas instituições, de cursos de mestrado e de doutoramento que se espera que contribuam para mobilizar a investigação com reflexos na licenciatura ou potencializadores desta.

Afigura-se também de especial relevância o reforço de atenção à componente editorial e de divulgação da produção científica especialmente na área do Serviço Social.

11. Relações Externas e internacionalização

O presente tipo de avaliação não permite uma análise mais fina da natureza e impacto desse relacionamento nem da sua importância, designadamente nos campos do ensino, da investigação e da empregabilidade dos licenciados. Em todo o caso, algumas reuniões com responsáveis de instituições permitiram-nos constatar que são campos em que importa manter e reforçar o relacionamento, se possível no âmbito de uma participação consultiva na escola por parte de instituições externas

Quanto à internacionalização, ela pode ser apreciada pela via de diferentes instrumentos. Por um lado, pela utilização do *Programa Socrates/Erasmus*. A mobilidade estudantil, sobretudo de saída de estudantes portugueses para instituições estrangeiras, não é elevada salvo pequenas excepções que poderão ser comprovadas nos relatórios de Curso.

Por outro lado, a internacionalização docente é igualmente baixa. Quanto às relações de cooperação com entidades congéneres no espaço europeu e outros, são francamente limitadas, não obstante o reconhecimento internacional da qualidade de formação do Serviço

Social em Portugal. Também aqui se deverá procurar assegurar melhores condições de apoio à investigação e melhores condições de financiamento, inclusivamente dentro do próprio Programa Socrates/Erasmus, intensificando a mobilidade docente e de investigadores no espaço europeu, a que as instituições devem corresponder com capacidade credível de resposta e de estratégia.

12. Estágio

Constituindo matéria pacífica no que respeita à sua necessidade, é diferente o grau de envolvimento dos Cursos no apoio que dão aos estágios dos alunos. Pese embora a diversidade de modelos (quanto ao número de horas total, à sua distribuição no currículo e aos modelos de supervisão pedagógica), verifica-se que na totalidade dos Cursos existem estágios obrigatórios integrados na estrutura curricular. A CAE considera também do maior interesse a existência de outras modalidades de formação experiencial como formas de contacto com a realidade social e iniciação ao estágio.

Esta Comissão de Avaliação Externa não pode deixar de recomendar que os responsáveis institucionais acompanhem com cuidado redobrado o problema dos estágios no âmbito da licenciatura, tendo particular atenção as revisões curriculares que se avizinham no âmbito da implementação do processo de Bolonha.

13. Empregabilidade

Qualquer conclusão rigorosa sobre a questão da empregabilidade dos licenciados em Serviço Social é dificultada não só pela ausência geral de bases de dados sobre a situação global destes licenciados no país, como também pelo número, em geral reduzido e pouco representativo, de licenciados inquiridos pelas CAA, ou presentes nas reuniões com a CAE. Como efeito, baseando-se nos dados parciais disponibilizados pelos RAA e nas informações recolhidas durante as visitas realizadas, e com os dados complementares produzidos nos contraditórios, a CAE considera que os licenciados em Serviço Social e em Educação Social (exceptua-se, portanto, o caso do curso de Educação Física e Animação Social), não têm actualmente grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho embora, como já referido, se vislumbrem alguns factores de constrangimento quanto a futura empregabilidade.

As possibilidades de intervenção das instituições nesta matéria passam preferencialmente pela melhoria continuada da qualidade de formação, pelo aprofundamento das relações de cooperação inter-institucional e pela dinamização de estruturas de apoio na inserção na vida activa.

CLASSIFICAÇÕES FINAIS

(resultantes do procedimento do contraditório)

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Curso de Serviço Social

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	D
3.	Plano de estudos	D
4.	Conteúdos Programáticos	D
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	D
7.	Corpo Docente	D
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	B
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

I.S.S.S MIGUEL TORGA
Licenciatura em **Serviço Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	B
9.	Instalações e Equipamentos	E
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	C
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

I.S.S.S. BISSAYA BARRETOLicenciatura em **Serviço Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	B
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	B D – bibl.
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	D
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

I.S.S.S. PORTOLicenciatura em **Serviço Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	D
3.	Plano de estudos	D
4.	Conteúdos Programáticos	D
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	B
6.	Processo Pedagógico	B
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	B
9.	Instalações e Equipamentos	A
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E - Insuficiente

UNIVERSIDADE PORTUCALENSE**Licenciatura em Educação Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	C
3.	Plano de estudos	D
4.	Conteúdos Programáticos	D
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	A E – bibl.
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	C
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

ISLA BRAGANÇA**Licenciatura em Educação Física e Animação Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	E
3.	Plano de estudos	D
4.	Conteúdos Programáticos	D
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	E
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	E
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	C
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	E

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - LISBOA**Licenciatura em Serviço Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	C
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	B
6.	Processo Pedagógico	B
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	C
12.	Ambiente Académico	B
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

I.S.S.S. LISBOA

Licenciatura em Serviço Social

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação*</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	C
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	B
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	E
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	B
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente

I.S.S.S. BEJALicenciatura em **Serviço Social**

	<i>Campos de Apreciação</i>	<i>Classificação</i>
1.	Organização Institucional	B
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	B
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	B
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	E
10.	Recursos Financeiros	-
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	E
13.	Gestão da Qualidade	D
14.	Empregabilidade	B

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente